

Recebimento: 22/04/2021

Aceite: 31/05/2021

## **APLICABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA INCLUSÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS EM GUARAÍ/TO SOB A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

## **APPLICABILITY OF PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES FOR THE INCLUSION OF PHYSICAL DISABILITIES IN GUARAÍ / TO UNDER THE VIEW OF LOCAL DEVELOPMENT**

**Zilma Cardoso Barros Soares<sup>1</sup>**  
**Lourival da Cruz Galvão Júnior<sup>2</sup>**  
**Edson Trajano Vieira<sup>3</sup>**  
**Leila Urioste Rosso Pires<sup>4</sup>**

### **Resumo**

Os deficientes físico-motores são representantes da heterogeneidade social e os dispositivos legais que convergem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei 9.394/1996), amparados pela Lei 10.098/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos à promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, tornam possível a inclusão desse grupo nas atividades econômicas. Assim, este estudo analisa quais são e como têm sido aplicadas políticas públicas educacionais para inclusão dos deficientes físicos no município de Guaraí, Estado de Tocantins, sob a ótica do desenvolvimento daquela localidade. Como metodologia foi empregada uma pesquisa social que utilizou questionários e entrevistas com pessoas deficientes físico-motoras a fim de avaliar a influência das políticas públicas educacionais no processo de inclusão social. Com base nos resultados encontrados, a maioria dos deficientes físico-motores de Guaraí nunca ingressou no mercado de trabalho e sobrevive de doações, aposentaria ou pensão. Além disso, eles não completaram a escolaridade na educação básica e poucos representantes finalizaram o ensino superior. Concluiu-se que as políticas públicas educacionais para inclusão social de deficientes físicos apresentam falhas e necessitam de adequações, fato que impacta no processo de desenvolvimento de Guaraí/TO.

**Palavras-chave:** Deficiência Física Motora. Educação. Trabalho. Desenvolvimento Local.

<sup>1</sup> Master in Planning and Regional Development from the University of Taubaté. Teacher and Coordinator in the Pedagogy course at the Educational Institute Santa Catarina (IESC), Guaraí - TO, Brazil. E-mail: zilma\_pedagoga@hotmail.com

<sup>2</sup> PhD in Communication Sciences from the University of São Paulo. Professor of the Master's Program in Management and Regional Development at the University of Taubaté (UNITAU), Taubaté - SP and at the Centro Universitário Módulo, Caraguatatuba-SP, Brazil. Email: galvaodr@uol.com.br

<sup>3</sup> PhD in Economic History from the University of São Paulo (USP), Professor of the Master's Program in Management and Regional Development at the University of Taubaté (UNITAU), Taubaté - SP and the Centro Universitário Módulo, Caraguatatuba - SP. Email: etrajanov@gmail.com

<sup>4</sup> Post-doctoral professor and researcher in Intelligence Technologies and Digital Design (PUC-SP). Professor of Higher Education at the Paula Souza Center, Guaratinguetá - SP, Brazil. Email: leilaurpires@gmail.com

## Abstract

Physically-disabled people are representatives of social heterogeneity and the legal provisions that converge in the Law of Directives and Bases of Brazilian Education (Law 9.394 / 1996), supported by Law 10.098 / 2000, which establishes general rules and basic criteria for the promotion of accessibility for children. people with disabilities or with reduced mobility, make it possible to include this group in economic activities. Thus, this study analyzes what public educational policies are for the inclusion of the physically disabled in the city of Guaraí, State of Tocantins, from the perspective of the development of that location. As a methodology, a social research that used questionnaires and interviews with physically-disabled people was used in order to evaluate the influence of public educational policies in the process of social inclusion. Based on the results found, the majority of physically disabled people in Guaraí never entered the job market and survive on donations, retirement or pensions. In addition, they have not completed schooling in basic education and few representatives have completed higher education. It was concluded that public educational policies for the social inclusion of disabled people have flaws and need adjustments, a fact that impacts on the development process of Guaraí / TO.

**Keywords:** Motor Physical Disability. Education. Work. Local Development.

## Introdução

A educação é uma das principais ações para a transformação das sociedades ao longo da história humana. Nesta perspectiva, políticas públicas educacionais foram elaboradas com a finalidade de tornar esse recurso acessível e igualitário a todos. O conceito de “Políticas Públicas Educacionais” pode ser definido por ações ou estratégias que visam melhorar os mecanismos ofertados nesta seara à população (SANTOS, 2018).

No Brasil, as políticas públicas educacionais são preconizadas por leis e diretrizes específicas. Os principais documentos são encontrados principalmente na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 9.394 de 1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Plano Nacional de Educação de 2001 (PNE) e, mais recentemente, na nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o objetivo de promover a equidade educacional no país (BRASIL, 1996, 2010, 2018, MACEDO, 2019).

Conforme descrito no Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, a educação deve ser um “direito de todos e dever do Estado e da família e necessita ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2018).

Mesmo com seus direitos garantidos por lei, ainda existem determinados grupos sociais que apresentam limitações quanto ao acesso igualitário à educação (LIBÂNEO *et al.*, 2012). Os deficientes, especialmente aqueles com algum tipo de restrição motora, representam um desses segmentos vulneráveis e, conseqüentemente, são dependentes de políticas públicas educacionais específicas que visam garantir acesso ao ensino no Brasil aos mais distintos públicos. Um desses acessos ocorre por intermédio de uma modalidade de ensino denominada “educação inclusiva”, também conhecida por “educação especial”, que tem por objetivo fundamental a oferta igualitária de oportunidades aos deficientes do país (BRASIL, 1996, 2018). No entanto, até o final da década de 1970, a inclusão desses indivíduos era realizada numa conformação de segregação que só passou a mudar com a Constituição de 1988 (BUENO, 1993; MIRANDA, 2003).

É exatamente diante dos debates sobre a problemática quanto à oferta de emprego e à garantia do direito trabalhista dos deficientes que o tema “inclusão” passou a ser discutido pela Carta Magna, fato que viabilizou a elaboração de leis específicas que visam cobrar dos poderes públicos e privados a inclusão social e trabalhista desse grupo específico de cidadãos. O Artigo 37, inciso VIII do texto Constitucional, e o Artigo 93 da Lei nº 8.213 de 1991 (“Lei de Cotas”), determinam e tornam obrigatória a reserva de vagas para a investidura de pessoas deficientes tanto em cargos públicos como privados (BRASIL, 2004; 2018).

De acordo com o Ministério do Trabalho (2020), no ano de 2019, mediante análise de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Guaraí/TO apresentou 51,63% de admissões de empregos, percentual pouco maior em relação aos desligamentos (48,37%). Em 2018,

o salário médio mensal do município era de 2,1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era, na ocasião, de 13,6%. Na comparação com os outros municípios de Tocantins, Guaraí ocupou a 18ª posição quanto ao número de pessoas ocupadas. Em relação aos domicílios que possuíam rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, em média, 36,7% da população se encontrava nessa condição, o que colocou Guaraí na 131ª posição em relação aos 139 municípios do Estado (IBGE, 2017).

A partir da apresentação do cenário de estudo, é importante ressaltar que esta pesquisa teve como foco a análise da aplicabilidade de políticas públicas educacionais para a inclusão dos deficientes físicos motores em Guaraí/TO, sob a ótica do desenvolvimento local.

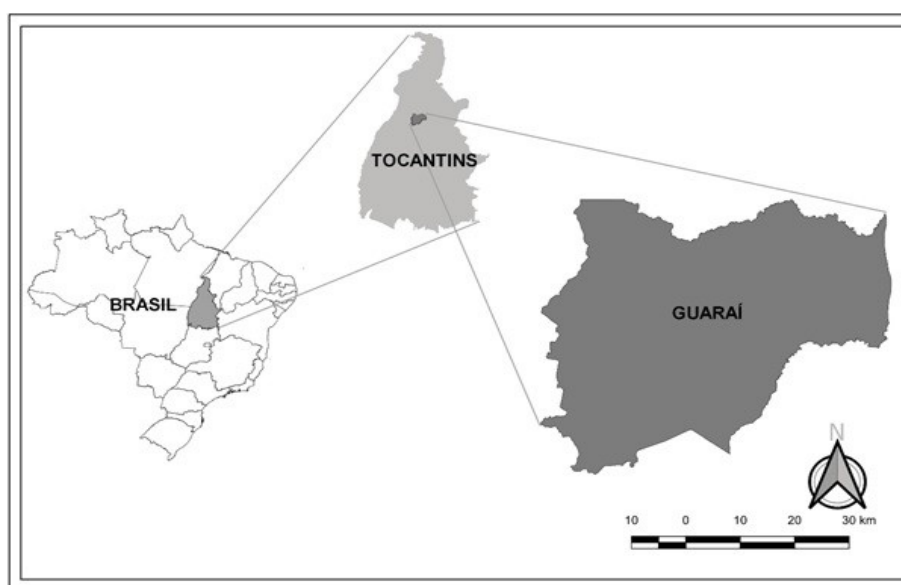
## Metodologia

O estudo foi desenvolvido em Guaraí, Estado do Tocantins, reconhecido como município em 05 de outubro de 1988, completando, em 2021, exatamente 33 anos de emancipação. O território tocantinense está situado na Região Norte do país e possui 139 municípios (SEPLAN, 2012). O Estado destaca-se pela produção de grãos, especialmente na cultura de soja, contribuindo para o setor agropecuário do Brasil, além de estar classificado pelo Ministério da Agricultura como a última fronteira agrícola mundial (SILVEIRA *et al.*, 2017).

Por sua vez, o município de Guaraí enquadra-se na Mesorregião Ocidental do Tocantins, Microrregião de Miracema, fazendo parte da 6ª Região Administrativa daquele Estado (IBGE, 2017). A população de Guaraí está subdividida em subpopulações urbana e rural. Por se tratar de um município localizado às margens de uma das maiores e mais movimentadas rodovias federais do Brasil, condição que afeta seu desenvolvimento, esse município também apresenta comunidades tradicionais. Conforme o último censo do IBGE, realizado no ano de 2010, destinado a quantificar a população rural e urbana de Guaraí quando o município ainda apresentava uma população total de 23.200 habitantes, 91,1% da população residia na zona urbana do município e 8,9% ocupavam a zona rural (IBGE, 2017; SEPLAN, 2017).

Com relação à localização geográfica, Guaraí encontra-se sob as coordenadas 8°50'03" de latitude e 48°30'37" de longitude, posicionando-se ao noroeste do Estado, distante 172 quilômetros de Palmas, capital do estado (SEPLAN, 2012; IBGE, 2017). O principal acesso ao município se dá pela BR 153, a rodovia federal Belém-Brasília, que faz interconexão com Belém do Pará, Brasília e o Estado de Goiás (Figura 1).

**Figura 1:** Localização espacial do município de Guaraí, Estado do Tocantins – Brasil



Fonte: IBGE, 2016. (Produzido no software Qgis).

Pelo exposto, este presente trabalho configura-se como de cunho quali-quantitativo e descritivo em razão dos resultados encontrados na pesquisa social empreendida em Guaraí/TO. Leal e Lima (2009) afirmam que é comum, em pesquisas quantitativas, a utilização de procedimentos qualitativos para analisar e realizar o tratamento dos dados encontrados durante a pesquisa de

campo. Essa associação entre esses dois tipos de pesquisas é primordial, especialmente em trabalhos que exigem o envolvimento interdisciplinar com áreas distintas do conhecimento. As pesquisas quantitativas são aquelas que consideram que os resultados podem ser quantificados, ou seja, exemplificados por meio de números, sendo as opiniões e as informações coletadas para fim de classificação e análise dos resultados (SILVA, 2005).

Para ter acesso ao público de deficientes físico-motores foi necessária a elaboração e a aplicação de um questionário contendo 50 perguntas semiestruturadas e fechadas, objetivando a coleta de dados pela aplicação de pesquisa social com abrangência específica ao público citado, que apresenta diferentes níveis de dificuldade de locomoção, com o intuito de verificar sua participação no processo de desenvolvimento local de Guaraí/TO.

O número amostral (N) dos deficientes físico motores que participaram da pesquisa foi definido de acordo com a metodologia utilizada para a coleta de dados a partir da aplicação do questionário, sendo que o método mais indicado para este tipo de pesquisa é o *snowball sampling* (“bola de neve”), classificado como amostragem não probabilística aplicada em pesquisas sociais. Trata-se de um tipo de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede que busca coletar o máximo de informações sobre os membros inseridos nessa rede, ou *complete network design* (BALDIN; MUNHOZ, 2011; ALBUQUERQUE, 2009).

O quantitativo total de deficientes físico-motores residentes em Guaraí/TO, de acordo com dados existentes no banco de informações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) da referida cidade, consiste de um total de 508 indivíduos, no ano de 2021 (INSS-GUARAÍ, 2020). Seguindo as recomendações da metodologia *snowball sampling* para a coleta de dados, o número amostral (N) obtido foi de 214 indivíduos.

Após apresentação da pesquisa aos interlocutores, este estudo contou com assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos entrevistados, segundo Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012), aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade de Taubaté – UNITAU sob o Parecer nº 4.335.779, CAAE: 38659020.0.0000.5501.

## Resultados e Discussão

Mediante informações obtidas na base de dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de Guaraí, em 2020 a população aproximada deficientes físico-motores do município era de 508 pessoas. Seguindo a metodologia proposta no estudo para aplicação dos questionários à população, a pesquisa teve número amostral de 214 pessoas (Tabela 1), momento em que a aplicação dos questionários atingiu o ponto de saturação, quando as respostas dos participantes passaram a apresentar o mesmo padrão, não mais contribuindo à discussão do trabalho.

**Tabela 1:** Perfil por gênero e faixa etária dos deficientes físicos participantes da pesquisa

PERFIL POR GÊNERO/FAIXA ETÁRIA DOS DEFICIENTES FÍSICOS												
GÊNERO			FAIXA ETÁRIA									
Fem.*	Mas.**	Out.**	- de 15	15 a 20	21 a 26	27 a 32	33 a 38	39 a 44	45 a 50	51 a 56	57 a 62	+ de 62
128	84	2	27	64	55	29	16	10	7	1	2	3
TOTAL: 214												

\*Fem. = Feminino; \*\*Mas. = Masculino; \*\*\*Out. = Sexo não declarado no questionário.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O perfil individual relacionado ao gênero dos deficientes físico-motores do município de Guaraí demonstra, a partir dos dados expostos na Tabela 1, que a maioria dos participantes da pesquisa foram mulheres, com um total de 128 indivíduos do gênero feminino, sendo a média representativa de 59,8% do público-alvo da pesquisa.

Contudo, foi registrada a participação de 84 homens (39,3%) e de dois indivíduos que declararam gênero indefinido, representando 0,9% da população amostral. Esses resultados estão de acordo com aqueles encontrados por Soares e Junior (2020) em uma revisão documental realizada junto ao setor de Recursos Humanos da prefeitura de Guaraí/TO para identificar a quantidade de deficientes físicos com matrícula ativa nas diferentes secretarias municipais. De acordo com os resultados encontrados naquele trabalho, a maioria das pessoas deficientes que trabalhava nas Secretarias municipais era do gênero feminino.

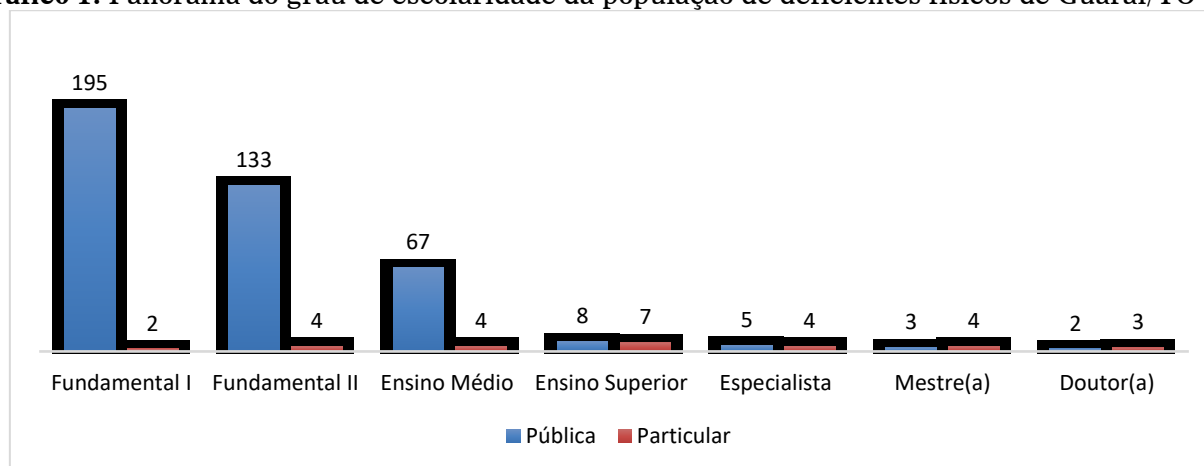
Com relação à faixa etária dos participantes, a Tabela 1 mostra que a maioria tem idade entre 15 e 20 anos e 21 a 26 anos, respectivamente. Portanto, dos 214 deficientes físico- motores que responderam ao questionário, 64 deles tem idade entre 15 e 20, enquanto 55 estão entre 21 e 26 anos, representando 29,9% e 25,7%, respectivamente, da amostra total. Posteriormente, estão os deficientes com idade entre 27 e 32 anos, com o registro de 29 indivíduos nessa faixa etária (13,6%).

Aqueles com menos de 15 anos correspondem a 27 deficientes, com uma média representativa de 12,6%. Além disso, foi registrada a participação de 16 deficientes com idade entre 33 e 38 anos ou 7,5% da população. A representação para a faixa etária entre 39 e 44 anos conta com 10 participantes (4,7%), assim como pessoas com idade acima de 45 e 50 anos, com participação de 07 delas, representando 3,3% da amostra total. O restante da amostra inclui pessoas acima de 50 anos, sendo que foi encontrado 01 indivíduo entre 51 a 56 anos (0,45%), 02 com faixa etária de 57 a 62 (0,9%) e 03 acima de 62 anos (1,35%).

Os resultados evidenciam que 214 participantes declararam nacionalidade brasileira e, com relação à naturalidade, a maioria é natural de Guaraí/TO (128 indivíduos). Ainda é possível verificar que a maioria dos deficientes físico-motores estudou integralmente em instituições de ensino públicas, com uma quantidade irrisória de alunos que frequentaram o ensino particular.

Outro fator relevante identificado no transcórre da investigação é que a maioria dos deficientes físico-motores abordados concluiu o grau de escolarização no mesmo município de residência, sendo que 122 (56,8%) afirmaram ter estudado somente em Guaraí, enquanto 92 estudaram em outras localidades, representando 43,2% da população. O Gráfico 1 traça um panorama da escolaridade desses indivíduos, permitindo compreender a estratificação social decorrente desses dados.

**Gráfico 1:** Panorama do grau de escolaridade da população de deficientes físicos de Guaraí/TO



Fonte: Elaborado pelos autores.

Segundo o Gráfico 1, quanto maior o nível de escolaridade, menor a quantidade de alunos matriculados em cada grau de instrução. A pesquisa revelou ainda que 195 deficientes cursaram o Ensino Fundamental I integralmente em escolas públicas, sendo que o número representa 99,1% da amostra total nesse grau de escolaridade. Apenas dois deficientes cursaram o Ensino Fundamental I integralmente em escolas particulares (0,9%) e outros 15 não chegaram a esse grau de escolaridade, número que representa 7% da população de deficientes físico-motores de Guaraí. No Ensino Fundamental II, o número de pessoas que deixaram de frequentar a escola foi cinco vezes maior do que aqueles observados no primeiro segmento. Assim, nesse grau de escolaridade, 133 pessoas estudaram integralmente em escolas públicas, o que representa 97,1% da população; enquanto quatro indivíduos (2,9%) estudaram em escolas particulares nesse grau de escolaridade.

Trabalho semelhante realizado por Pimentel *et al.* (2017) demonstra o panorama da educação inclusiva de pessoas deficientes em algumas localidades da zona rural do Estado do Tocantins. Dentre os resultados apresentados pelos autores foram encontradas 3.547 matrículas de pessoas deficientes no Ensino Fundamental no Estado Tocantinense, então distribuídas em escolas de assentamentos, comunidades remanescentes de quilombos, territórios indígenas, comunidades rurais e família-agrícola. Deste total, 225 alunos possuíam deficiência física e apresentavam considerável dificuldade de locomoção. Todavia, é válido ressaltar que tais resultados foram obtidos

por revisão documental, revelando um total de 67 alunos deficientes matriculados em escolas de Ensino Fundamental regular do município de Paraíso do Tocantins – um dos recortes daquela pesquisa.

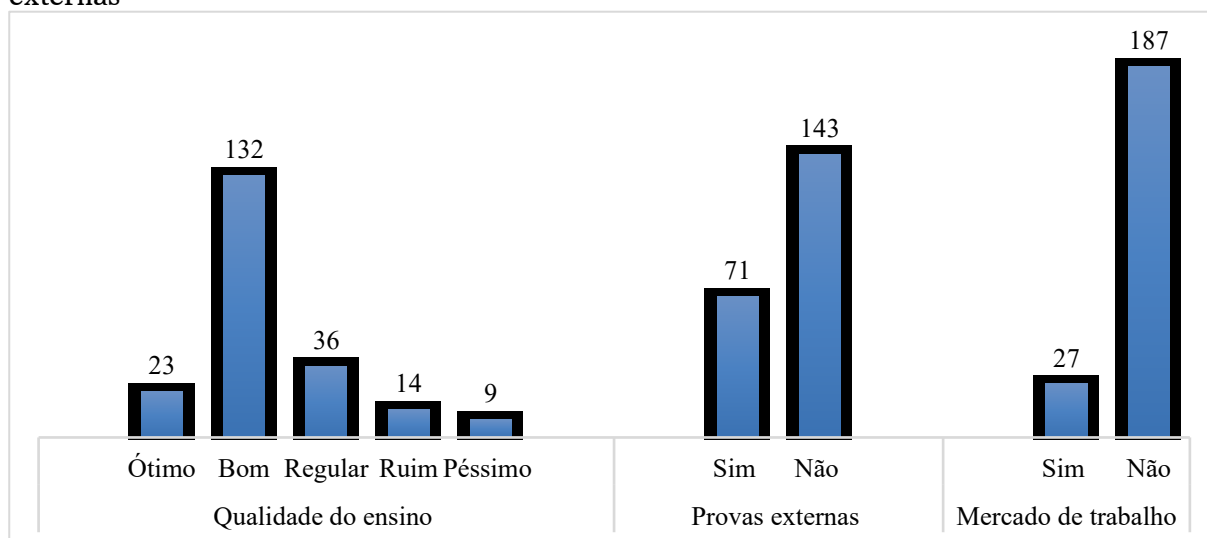
No Ensino Médio, as linhas entre alunos que frequentaram esse grau de instrução cruzam em sentidos opostos com as de alunos que nunca ingressaram no Ensino Médio, demonstrando que o número de alunos deficientes que concluíram esse grau de instrução é significativamente menor do que o número daqueles que abandonaram os estudos. Nesse sentido, somente 67 deficientes (94,4%) concluíram o ensino médio integralmente em escolas públicas e quatro (5,6%) finalizaram os estudos em instituições particulares.

Por sua vez, o perfil de escolaridade dos deficientes físicos de Guaraí/TO continua apresentando uma queda abrupta, pois a maioria das pessoas que concluíram o Ensino Médio não ingressaram no Ensino Superior. Dessa forma, do total amostral de 214 deficientes físico-motores, somente 15 cursaram o Ensino Superior, enquanto na Pós-graduação foram identificados 36 indivíduos, sendo 18 no ensino privado (50,0%) e 18 no ensino público (50%).

O trabalho realizado por Soares e Junior (2020), que buscou avaliar os cargos e o grau de instrução de servidores lotados nas várias secretarias do município de Guaraí/TO, encontrou um número elevado de trabalhadores deficientes no município: 35,7% da amostra revelada por aquele trabalho desempenhava funções em vários setores da Prefeitura municipal, mas não havia cursado o Ensino Superior, sendo que 64,3% das pessoas com formação superior atuavam em cursos de licenciatura, como Pedagogia e Letras, especialmente. Outro estudo sobre a temática, de Souza e Kamimura (2010), discute o grau de escolaridade de deficientes físico-motores que pleiteavam vagas de trabalho no balcão de empregos da APARU - Associação dos Paraplégicos de Uberlândia, Minas Gerais. Naquele levantamento, constatou-se que nenhum entrevistado havia cursado o Ensino Superior. No entanto, 57,14% daquelas pessoas ouvidas possuíam Ensino Médio completo e 42,86% somente haviam cursado o Ensino Fundamental.

Em Guaraí/TO, os egressos deficientes demonstraram a concepção quanto à qualidade do ensino ofertado durante a escolarização básica diante das oportunidades de oferta de emprego e das possibilidades em obter bom aproveitamento em provas externas (Gráfico 2). Quando questionados quanto à qualidade do ensino, a maioria dos deficientes julgou que lhes foi ofertado um ensino de “boa” qualidade, num total de 132 deficientes que se enquadram nessa afirmação, com uma média amostral de 61,68% da população que respondeu a essa questão. Do restante, 23 consideram o ensino “ótimo”; 36 acreditam ser “regular”; 14 afirmam ser “ruim” e nove entendem que a qualidade do ensino ofertado foi “péssima”.

**Gráfico 2:** Concepção dos alunos sobre a qualidade do ensino, oportunidades de emprego e provas externas



Esses alunos se contradizem ao responder as próximas perguntas do questionário, que fazem as seguintes indagações: “Você acredita que o processo de escolarização ao qual você foi submetido foi suficiente para prepará-lo para provas externas?” Os resultados expostos no Gráfico 2 mostram

que a maioria dos alunos (143 deficientes, que representam 66,8% da amostra total) afirmou que “não”: o ensino que lhes foi ofertado não foi suficiente para prepará-los para a realização de provas externas pela instituição de ensino na qual estudaram.

Outra contradição também pode ser observada nas respostas registradas para a seguinte pergunta: “Você acredita que o processo de escolarização ao qual você foi submetido foi suficiente para prepará-lo para o mercado de trabalho?” Para essa questão, um número elevado de deficientes afirmou que “não” acreditam que o ensino ofertado os preparou para ingressar no mercado de trabalho. Das 214 pessoas que responderam a pergunta, 187 (87,4%) escolheram essa alternativa de resposta, enquanto 27 (12,6%) marcaram “sim”.

Esses resultados permitem colocar em dúvida a aplicação e a eficiência das políticas públicas educacionais para a inclusão socioeducacional de deficientes físico-motores, pois a maioria dos respondentes não demonstrou segurança quanto à qualidade dos serviços educacionais ofertados, assim como para a preparação às provas externas e ao ingresso no mercado de trabalho, o que torna a inclusão um desafio que vai além da sala de aula. Por outro lado é importante observar que a faixa etária de aproximadamente 42% dos respondentes variou entre 15 a 20 anos de idade. Portanto, são jovens que possuem pouco preparo e experiência no mercado de trabalho.

Diante desses resultados e de acordo com a Tabela 2, os deficientes físico-motores enfatizaram quais seriam as principais ações a serem implantadas nas escolas para facilitar o processo de ensino e de aprendizagem.

**Tabela 2:** Anseios dos deficientes físicos motores quanto às ações que devem ser implantadas nas escolas para melhorar o processo ensino aprendizagem, com possibilidade de resposta em mais de uma opção

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS	Votos	%
Investir mais na capacitação do deficiente físico para o mercado de trabalho.	161	75,2%
Investir mais na capacitação do deficiente físico para realizar provas externas.	130	60,7%
Promover ações de combate ao bullying contra o deficiente físico.	118	55,1%
Aumentar as ações de conscientização quanto ao deficiente físico.	106	49,5%
Ofertar serviços psicológicos educacionais para tratar transtornos educacionais.	89	41,6%
Capacitar os professores para atender outros alunos com o meu tipo de deficiência.	56	26,2%
Melhorar os materiais da sala de recurso educacional.	45	21,0%
Implantar acessibilidade para deficientes físicos em toda a instituição, como, rampas, corrimão e carteiras.	45	21,0%
Melhorar a estrutura predial (corredores, banheiros, biblioteca, pátio, salas de aula etc.).	41	19,2%
Ofertar aulas de reforço no contraturno.	40	18,7%
Oferecer um ensino igualitário, de acordo com a minha deficiência.	39	18,2%
Promover mais reuniões de pais e mestres.	37	17,3%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante dos resultados expostos, observou-se que a maior recomendação das pessoas que responderam ao questionário é que o ensino básico deveria receber maior investimento na capacitação do deficiente físico-motor para o mercado de trabalho. De acordo com Klein (1998), exercer uma atividade trabalhista simboliza um degrau pelo qual as pessoas com deficiência podem conquistar autonomia pela via da inclusão na sociedade e, assim, encontrar motivos para superar a deficiência.

Desse modo, o anseio dos participantes da pesquisa em clamar por capacitação para a inserção no mercado de trabalho pode estar relacionado à necessidade de inclusão social e de autonomia pessoal, gerando o sentimento de segurança necessário para enfrentar as dificuldades impostas por sua deficiência. Outra recomendação é que o ensino seja pautado também na preparação dessas pessoas para provas externas, uma vez que elas anseiam pelo ingresso na carreira

trabalhista e acadêmica, mas não são respaldadas pela atual conjuntura educacional à qual foram submetidas durante o período de escolarização.

Cardoso e Kern (2016) e Gomes-Machado *et al.* (2016) discutem a importância da capacitação continuada para a formação profissional das pessoas deficientes e consideram que esse processo irá se pautar especificamente no desenvolvimento das habilidades relacionadas à autodeterminação do indivíduo, aguçando suas habilidades de “tomada de decisões”, que são relacionadas a aspectos inerentes a sua própria vida, possibilitando às pessoas atuarem baseadas nessas escolhas, visando o desenvolvimento de suas vidas diante da inclusão social.

Para Araújo e Schmidt (2006), a maioria das empresas não tendem a respeitar a legislação da cota para deficientes, justamente devido à baixa escolaridade e a ausência de capacitação ofertada a esse segmento. Capacitar o indivíduo para o mercado de trabalho é considerada uma ação necessária, tanto no ponto de vista dos especialistas na área, como do próprio deficiente (MENDES *et al.*, 2004). Nesse cenário, evidencia-se a importância de uma fiscalização maior para o cumprimento de leis que facilitem o acesso das pessoas com deficiência às oportunidades de trabalho.

Em território brasileiro, o processo de capacitação dos deficientes tem sido ofertado especialmente por instituições que atuam em áreas especializadas, como centros de reabilitação e associações de cunho filantrópico (CARDOSO; KERN, 2016). Assim sendo, para a inclusão dos deficientes no mercado de trabalho, é essencial o envolvimento dessas instituições em programas que promovam capacitações e que ofereçam modalidades de profissionalização que vão desde treinamentos para inserção em trabalho competitivo até o “Programa de Emprego Apoiado”, passando por alternativas como o “Trabalho Protegido” (Oficinas) ou programas de pré-profissionalização (SASSAKI, 1997; ARAUJO & SCHMIDT, 2006).

Philereno *et al.* (2015) entendem que a família, em alguns casos, também representa uma questão central relacionada às dificuldades de inclusão social, principalmente, quando os deficientes são resistentes aos projetos de introdução no mercado de trabalho, por acreditarem que não são capazes de desempenhar uma atividade profissional. Na maioria dos casos, a família do deficiente não se encontra engajada no processo de inclusão social.

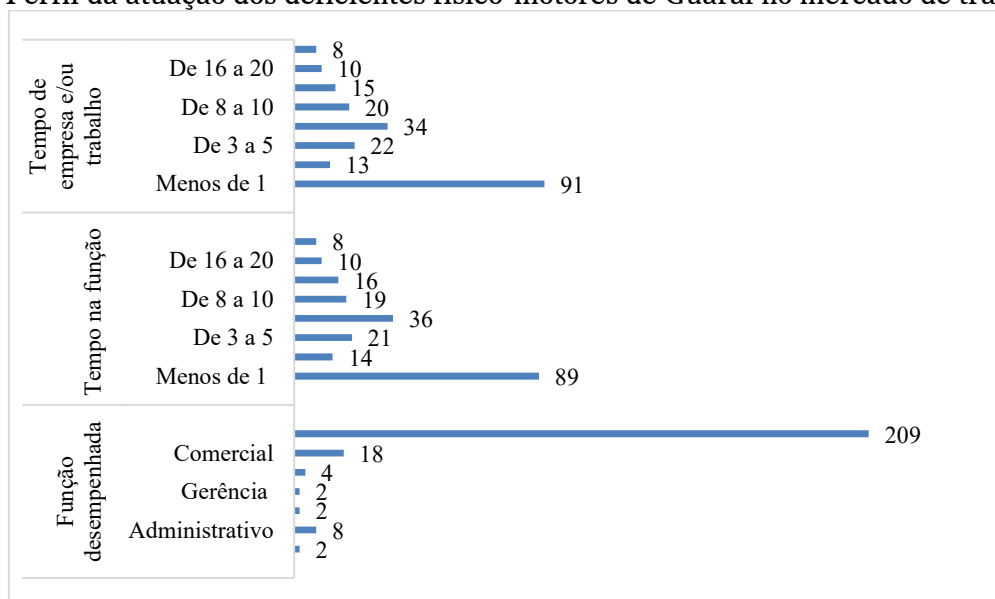
Outro ponto importante quanto à melhoria da qualidade do ensino básico é a intensificação das ações de combate ao *bullying* contra deficientes. Pela quantidade de pessoas que fizeram essa observação na pesquisa, os deficientes representantes da população ouvida foram bastante afetados na carreira estudantil por problemas relacionados à convivência com outros colegas de escola. Essa explicação é corroborada pela próxima observação realizada por essas pessoas, que acreditam que, para melhorar a qualidade do ensino ofertado aos deficientes físico-motores, seria necessário realizar campanhas de conscientização e integração.

Ainda no *ranking* das respostas mais registradas na pesquisa, está a oferta de serviços psicológicos educacionais, com o objetivo de tratar transtornos de aprendizagem e, assim, possibilitar a permanência dos deficientes físico-motores em todos os níveis de escolarização básica. Outro ponto abordado foi a necessidade de se capacitar o quadro de professores para atender os demais alunos com a mesma deficiência física daqueles que participaram da pesquisa, bem como de promover melhorias nos materiais didáticos pedagógicos disponibilizados na “Sala de Recurso Educacional”, a fim de atender necessidades individuais e coletivas.

Os deficientes indicaram nesta investigação, como ação que confere maior qualidade ao processo de ensino e aprendizagem, a implantação de medidas de acessibilidade, tais como a instalação de rampas, corrimãos e mobiliários, e ainda a inclusão de equipamentos com adaptações específicas. Foi enfatizada também a necessidade de melhorias nas estruturas físicas e espaciais dos prédios das escolas, indicando como necessidade urgente as adaptações em corredores, banheiros, bibliotecas, pátios, salas de aula e demais espaços físicos da escola, como regulamentado pela NBR 9050/2015.

As pessoas ouvidas acreditam que a oferta de aulas de reforço no contraturno seria uma ação necessária, a fim de tornar eficiente o processo de escolarização, ofertando ensino humanizado de forma igualitária e que respeite as condições de cada aluno. Por fim, os entrevistados afirmaram acreditar que é preciso envolver a família no processo de escolarização dos deficientes, especialmente nas reuniões de pais e mestres. No Gráfico 3, os deficientes físico-motores que trabalharam ou trabalham atualmente responderam perguntas referentes às funções que desempenharam ao longo da vida, assim como ao tempo em que estiveram nessas funções e/ou empresas.



**Gráfico 3:** Perfil da atuação dos deficientes físico-motores de Guaraí no mercado de trabalho

Fonte: Elaborado pelos autores.

Dentre as questões expostas aos respondentes, uma delas se referiu a quanto tempo os deficientes ocuparam um determinado cargo. A maioria (89) afirmou que esteve na função por menos de um ano. No entanto, 14 pessoas alegaram ocupar funções entre um a dois anos; 21, de três a cinco anos; 36, de seis a sete anos; 19 de oito a 10 anos; 16, de 11 a 15 anos; 10 de 16 a 20 anos e oito estão e/ou estiveram há mais de 21 anos na mesma profissão.

Quando questionados quanto ao tempo em que desenvolveram atividades em uma determinada empresa, repartição ou localidade, a maioria disse que estava no mesmo lugar desempenhando determinada função por menos de um ano, com o total de 91 pessoas que se enquadraram nesse perfil. Na mesma pergunta, um número considerável de deficientes (34) afirmou ter desempenhado uma determinada profissão no mesmo lugar de seis a sete anos; 22, de três a cinco anos; 20, de oito a 10 anos; 15, de 11 a 15 anos; 13, de um a dois anos; 10, de 16 a 20 anos; e oito atuaram no mesmo lugar desempenhando a mesma função por mais de 21 anos.

A maioria dos deficientes físico-motores que fez parte da amostra desta pesquisa afirmou que nunca ingressou no mercado de trabalho, com um total de 185 pessoas que nunca atuaram formalmente, representando 86,4% dos que responderam ao questionário. Quando questionados sobre o motivo de não terem conseguido um trabalho, 89 (41,3%) afirmaram que nunca tentaram e 98 (46%) afirmaram não conseguir a vaga devido à baixa escolaridade. Importante: 91 pessoas (42% do total de respondentes) tinha menos de 20 anos.

Além da abordagem do ponto de vista dos “problemas para executar as atividades que envolvem o trabalho”, os deficientes foram questionados quanto ao tempo que levaram para conseguir um trabalho após finalizar o grau de escolaridade que tem atualmente (Tabela 3).

**Tabela 3:** Relação entre dificuldades para conseguir em emprego e tempo gasto após conclusão da escolaridade

DIFICULDADES/TEMPO DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO					
Tempo para ingressar no mercado de trabalho após os estudos			Dificuldades em competir por trabalho		
Critério	Un.	%	Critério	Un.	%
Não ingressei	185	86,4	Nunca tentou	89	41,3
Já trabalhava antes	16	7,5	Baixa escolaridade	98	46
De 1 a 6 meses	3	1,4	Ausência de capacitação	14	6,6
De 7 meses a 1 ano	3	1,4	Competências e habilidades	2	0,9
De 1 a 2 anos	4	1,9	Preconceito	4	1,9
De 2 a 3 anos	2	0,9	Ausência de acessibilidade	4	1,9
Mais de 3 anos	1	0,5	Transporte para o traslado	3	1,4
<b>TOTAL</b>	<b>214</b>	<b>100</b>	<b>TOTAL</b>	<b>214</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Guardadas as devidas distinções, os resultados obtidos no levantamento de Guarái/TO revelam aderência à realidade apresentada por Souza e Kamimura (2010), que avaliou o perfil do deficiente físico que buscava emprego no ano de 2009, mediante coleta de dados no balcão de empregos de Uberlândia, Minas Gerais. De acordo com aqueles autores, a maioria dos deficientes encontrava-se empregada (57,14%), mas com salários muito baixos; e 42,86% nunca haviam ingressado no mercado de trabalho.

Ao estudar a inserção de pessoas com deficiência no trabalho, Costa (2011, p.81) afirma que “a condição humana é duplamente negada a esse trabalhador, pois, antes mesmo de acessar o mercado, são criados obstáculos para se inserir no mundo do trabalho, pois, supostamente, faltariam a ele a competência e a habilidade, consideradas imprescindíveis pelo capital”.

Nesta investigação realizada em Guarái/TO também foram abordadas dificuldades inerentes à competição por uma vaga de trabalho, a ausência de capacitação específica para desenvolver uma dada função (14 pessoas ou 6,6% do total amostral), assim como as competências e habilidades para resolver problemas relacionados à complexidade das atribuições específicas da função (dois indivíduos ou 0,9%).

Com relação aos recursos, quatro pessoas reclamaram da ausência de acessibilidade e três se queixaram do transporte até o trabalho. Questões sobre o preconceito relacionado à deficiência no momento da competição pela vaga no mercado de trabalho indicaram que 1,9% da população ouvida confirmou que já perdeu a oportunidade para outra pessoa devido a suas condições físicas.

Em contrapartida, 16 deficientes físico-motores afirmaram que estavam trabalhando ao finalizar a etapa de escolarização na qual se encontram; 03 marcaram a alternativa que especifica o tempo levado para conseguir um trabalho, sendo de um a seis meses após a conclusão da etapa de escolarização; 03 pessoas levaram de sete meses a um ano; 04 aguardaram de um a dois anos por uma vaga; 02 levaram de dois a três anos e 01 pessoa levou mais que 3 anos para conseguir o primeiro trabalho.

Souza e Kamimura (2010) encontraram respostas semelhantes nas dificuldades citadas por deficientes que buscavam emprego em Uberlândia/MG. Esses respondentes declararam durante que as maiores dificuldades relacionadas à execução de seu trabalho estão relacionadas principalmente ao espaço físico não adaptado e à convivência com os colegas de trabalho e com outras pessoas que frequentam o estabelecimento.

## Considerações finais

Diante do que revelou este trabalho, foi possível identificar que existem em Guarái/TO políticas públicas educacionais voltadas à inclusão de pessoas com deficiência física motora. No entanto, essas políticas não são aplicadas em sua plenitude e não atendem as expectativas dos deficientes, devido ao processo burocrático de utilização de recursos destinados à execução de projetos destinados para esse fim.

A maioria dos deficientes físico-motores que compôs a população amostral deste estudo apresentou baixa escolaridade, ausência de capacitação para o mercado de trabalho e pouca ou nenhuma experiência profissional, fatores que dificultam o processo de inclusão social desses cidadãos e cidadãs, que se sentem excluídos e veem impossibilitada sua participação efetiva em tomadas de decisão na sociedade na qual estão inseridos.

As principais políticas públicas educacionais para a inclusão das pessoas que foram ouvidas neste trabalho estão ligadas às adaptações dos espaços físicos, especialmente em instituições públicas, ao atendimento educacional especializado em instituições de ensino específicas para esse fim, e à aquisição de material didático pedagógico para o processo de ensino e aprendizagem dos deficientes. Todavia, são iniciativas criticadas pelos respondentes.

Em alguns casos, as políticas não permitiram ainda a flexibilização para a aquisição de equipamentos e utensílios que possibilitem a melhoria na qualidade de vida, não ofertando melhores condições de mobilidade, conforto e comunicação que favoreçam o acesso e a inclusão social dos indivíduos entrevistados.

Compreende-se, por fim, que as políticas públicas educacionais inclusivas necessitam abranger as atuais formas de inserção no mundo do trabalho, além de promover ações para o desenvolvimento regional e local, por intermédio da contínua valorização da vocação local e da economia colaborativa. Portanto, fica o convite à consolidação destes e de outros questionamentos e

ponderações, visando estimular o surgimento de novas pesquisas na área, como a apresentada neste estudo, para o planejamento e a aplicação de ações verdadeiramente agregadoras e inclusivas.

## Referências

ARAUJO, J. P.; SCHMIDT, A. A inclusão de pessoas com necessidades especiais no trabalho: a visão de empresas e de instituições educacionais especiais na cidade de Curitiba. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 12, n. 2, p. 241-254, 2006.

ALBUQUERQUE, E. M. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. Dissertação de Mestrado, 99p, 2009.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa *snowball* (bola de neve). **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** v. 27, 2011.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil (recurso eletrônico). Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, p. 518, 2018.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Legislação, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 17 de abril de 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.035/2010, de 20 de dezembro de 2010**. Plano Nacional de Educação. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Brasília, 2010. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=831421&filename=PL+8035/2010](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=831421&filename=PL+8035/2010). Acesso em: 17 de abril de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, de 12 de dezembro 2012.

MINISTÉRIO do Trabalho. **Perfil do Município**. Disponível em: [https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php). Acesso em: 24 de abril de 2020.

BUENO, J. G. S. **Educação Especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993.

CARDOSO, L. K.; KERN, C. A. R. Capacitação da pessoa com deficiência intelectual ao mercado de trabalho numa APAE do sul de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 50, n. 2, p. 437-458, 2016.

COSTA, M. C. A. *et al.* Inclusão social pelo trabalho: a qualificação profissional para pessoas com deficiência intelectual. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, p. 200-214, 2011.

GOMES-MACHADO, M. L. *et al.* Effects of Vocational Training on a Group of People with Intellectual Disabilities. **Journal of Policy and Practice in Intellectual Disabilities**, v. 13, p. 33-40, mar. 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/guarai/historico>. Acessado em: 05 de jan. de 2020.

INSS-GUARAÍ, Instituto Nacional de Seguro Social, Guaraí-TO. Deficientes Físico-motes residentes em Guaraí-TO. **Dados do sistema do INSS-GUARAÍ**. Documento impresso, 2020.

KLEIN, M. Os discursos sobre surdez, trabalho e educação e a formação do surdo trabalhador. In: SKLIAR, C. (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, p. 75-93, 1998.

LEAL, M. G. F.; LIMA, F. R. **Metodologia da pesquisa: Módulo VI, Curso de Especialização em Educação Tecnológica**. CEFET/RJ. Rio de Janeiro, 2009.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

MACEDO, E. N. A BNCC como política educacional. **Espaço Público**, v. 3, p. 64-76, mar. 2019.

MENDES, E. G. et al. Estado da arte das pesquisas sobre profissionalização do portador de deficiência. **Rev. Temas psicologia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 105-118, 2004.

MIRANDA, A. **História, deficiência e Educação Especial**. Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A Prática Pedagógica do Professor de alunos com deficiência mental. São Paulo: Unimep, 2003.

PHILERENO, D. C. *et al.* Qualificação das pessoas com deficiência para o mercado de trabalho: um estudo de caso em Caxias do Sul – RS. **Estudo e Debate**, Lajeado, v. 22, n. 1, p. 160-179, 2015.

PIMENTEL, K. P.; FALCÃO, A. C. N.; SANTOS, J. D. L. B. Políticas de inclusão de crianças com necessidades específicas nas escolas municipais de Paraíso do Tocantins. **Revista Sítio Novo**, v. 1, 2017.

SANTOS, C. M. L. S. A. **Estatística descritiva: manual de autoaprendizagem**. 3. ed. Cidade de Manchester, Lisboa, Edições Sílabo Ltda, 2018.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SEPLAN - Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública. **Base de dados Geográficos: atualização**. Governo do Estado do Tocantins. Palmas, 2012.

SEPLAN - Secretaria do Planejamento e Orçamento. Governo do estado do Tocantins. **Perfil socioeconômico dos municípios**. Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. Palmas, 2017.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. 138p. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVEIRA, L. P. O.; SOUSA, E. A.; GUIMARÃES, A. P. M.; DOURADO, N. C. Análise de dados e imagens fotográficas da condição atual de uma área da zona ripária do Rio Tranqueira, no município de Guaraí/TO. **Natural Resources**, v.7, n.2, p.32-42, 2017.

SOARES, Z. C. B.; JUNIOR, L. C. G. Representação social de pessoas deficientes na ocupação de diferentes cargos públicos no município de Guaraí/Tocantins. **Revista LAJBM**. v. 11, n. 2, p. 120-130, 2020.

SOUZA, M. R. de; KAMIMURA, A. L. M. Pessoas com deficiência e mercado de trabalho. VII Seminário de Saúde do Trabalhador e V Seminário O Trabalho em Debate “Saúde Mental Relacionada ao Trabalho”, set. 2010.



*Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.*